

Milhares em Bruxelas Europeus unidos contra a austeridade



Artigo do sociólogo Elísio Estanque
**Crise, ameaças e desafios
do sindicalismo**

18



I Conferência Febase
**Segurança Social
não está em falência**

4

Ficha Técnica

Propriedade:
Federação do Setor Financeiro
NIF 508618029

Correio eletrónico:
revista.febase@gmail.com

Diretor:
Delmiro Carreira – SBSI

Diretores Adjuntos:
Carlos Marques – STAS
Carlos Silva – SBC
Horácio Oliveira – SBSI
Pereira Gomes – SBN

Conselho editorial:
Constança Sancho – SBSI
Firmino Marques – SBN
Patrícia Caixinha – STAS
Sequeira Mendes – SBC

Editor:
Elsa Andrade

Redação e Produção:
Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 062/090
Fax: 213 216 180

Revisão:
António Costa

Grafismo:
Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:
Xis e Érre, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 66.500 exemplares
(sendo 4.500 enviados por
correio eletrónico)
Periodicidade: Mensal
Depósito legal: 307762/10
Registado na ERC: 125 852

sumário

- CONFERÊNCIA** | O futuro da Segurança Social
I Conferência Febase
Sem Estado social impostos são imorais **4**
- SINDICAL** | Atualidade
UNI Europa debate em Lisboa consequências da austeridade
Desmistificar a "bíblia" da troika **8**
- Manifestação em Bruxelas: Todos** contra a austeridade **10**
- Atualidade** | Dia da Mulher
Sindicatos celebram Dia Internacional da Mulher
Direitos conquistados têm de ser defendidos **12**
Entre arte figurativa e monumental **12**
SBN leva associadas a Seia **13**
- UGT** | 1.º de maio
Na rua pelo fim da austeridade **14**
- Questões | **JURÍDICAS**
Implicações do Orçamento do Estado no rendimento familiar **15**
- CONTRATAÇÃO** | Seguros
Pré-reformados atingidos
STAS quer esclarecimentos sobre extinção do subsídio de lar **16**
Acordo entre APS, STAS e SISEP
Publicada portaria de extensão do CCT **16**
- Banca | **CONTRATAÇÃO**
Na sequência da decisão do Tribunal Constitucional
Bancários e reformados recuperam subsídio de férias **17**
ACT do BCP adaptado ao Código do Trabalho **17**
- Visto de fora**
| **Elísio Estanque**
Crise, ameaças e desafios do sindicalismo **18**
- TEMPOS LIVRES** | Nacional
FotoFebase 2012
Imagens vencedoras revelam enorme qualidade **23**



Texto: PEREIRA GOMES

A revista assume enorme importância como fator congregador e disseminador de informação essencial para os associados dos Sindicatos que compõem a Federação do Setor Financeiro

Até sempre!

Quando esta edição da Revista Febase chegar a casa dos nossos leitores já terão decorrido as eleições para o Sindicato dos Bancários do Norte.

Tendo sido o SBN um dos pilares em que assentou a construção da UGT e da Febase, espero que os novos corpos gerentes continuem a defender o caminho da unidade dos bancários, designadamente quanto às questões que mais afetam o seu quotidiano, como a contratação coletiva e os SAMS.

Uma vez que não me recandidatei às eleições para o SBN, este é o meu último editorial para a revista de todos nós.

Como responsável pela participação do Sindicato dos Bancários do Norte em cada um dos números desta publicação – e fazendo agora uma análise retrospectiva –, não posso deixar de referir a enorme importância que a revista assume como fator congregador e disseminador de informação essencial para os associados dos Sindicatos que compõem a Federação do Setor Financeiro.

É assim que, folheando a coleção da Revista Febase desde o primeiro número, me acodem à memória capas com títulos e temas tão apelativos e relevantes como sejam, entre outros, o facto de o BPI ter sido o único banco a não cumprir a lei da parentalidade; a greve geral de 24 de novembro de 2010; a cada vez maior afirmação do papel da Febase na contratação coletiva; o facto de o Orçamento do Estado para 2012 violar o Código do Trabalho; a circunstância de a reunião da UNI-Finanças em Portugal ter

denunciado a economia de casino; as propostas da troika terem dominado os protestos do 1.º de maio da UGT em 2011; a Febase ter considerado um atentado aos direitos contratuais o corte de 50% no subsídio de Natal; a realidade de ter valido a pena a luta no Montepio Geral, uma vez que a Administração passou a aceitar o diálogo sobre a transferência para Lisboa dos trabalhadores do Porto; a Febase ter defendido que o terceiro Acordo Tripartido serviu para "amarrar" o Estado; o facto de, apesar de tanta revisão, os patrões ainda se queixarem do Código do Trabalho...

Mentiria se dissesse que, no momento da partida, não levo saudades. Isso equivaleria, além do mais, a uma traição a todos os meus companheiros de percurso, com quem foi um prazer e uma honra lutar lado a lado em prol de uma classe que merece a consideração de todos os portugueses – e que deveria merecer o respeito do patronato, porque foi ela que, na primeira linha das dificuldades, enfrentou os momentos mais difíceis por que as instituições têm passado, dando o melhor de si, em detrimento da sua vida privada, para os bancos manterem a confiança dos aforradores.

Partirei, todavia, para outras funções sindicais, de onde poderei também ter o prazer de acompanhar de perto as edições mensais da Revista Febase, a cujos colegas que participam na elaboração deste órgão de comunicação de referência desejo as maiores felicidades e os maiores êxitos pessoais e sindicais. Até sempre!



24
| **STAS Actividade Seguradora**



26
| **Bancários Sul e Ilhas**

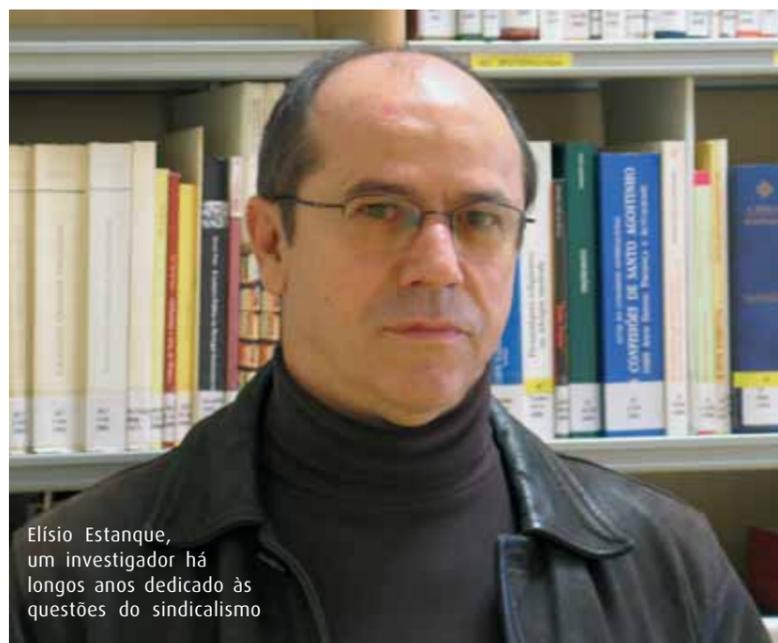


28
| **Bancários Norte**



30
| **Bancários Centro**

A propósito do momento de tensão por que passa a concertação social, Elísio Estanque, sociólogo, professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Sociais (CES), escreveu um artigo em exclusivo para a revista "Febase", que publicamos nestas páginas



Elísio Estanque, um investigador há longos anos dedicado às questões do sindicalismo

Crise, ameaças e desafios do sindicalismo

Foi com muito agrado que acedi ao convite e que estou procurando responder ao desafio que me foi endereçado pela Revista da Febase. Além do mais, refletir sobre o campo laboral e sindical perante um público tão exigente e informado – os trabalhadores bancários –, requer um esforço de enquadramento sociológico da força de trabalho, designadamente a do setor dos serviços e, nessa medida, uma breve nota sobre a "classe média" assalariada, sem esquecer questões correlatas como sejam a coesão social, o diálogo/concertação e a conflitualidade. É ou não o sindicalismo um ator fundamental na preservação da coesão de uma sociedade? O sindicalismo está em crise? Que tipo de sindicalismo se ajusta melhor a uma sociedade que se debate com bloqueios desta natureza? O conflito e o consenso são opções opostas ou complementares? Que obstáculos maiores se levantam hoje ao sindicalismo português? E os desafios que temos pela frente – inclusive num cenário "pós-crise" – pressupõem algum contributo específico do campo sindical para a consolidação da democracia portuguesa?

Estas são apenas algumas das interrogações sobre as quais vale a pena

refletir, tendo por base o quadro de austeridade e de limitações à democracia que hoje impera no País. É claro que as perguntas assim formuladas deixam, desde logo, antever a visão crítica que aqui procuro expor, seja em relação aos poderes hegemónicos seja inclusive no que respeita ao próprio campo sindical.

Sindicalismo e coesão social*

Que o movimento sindical foi, historicamente, um elemento decisivo para o progresso social, as conquistas democráticas e a consolidação dos direitos das classes trabalhadoras, creio que ninguém duvida. E mesmo hoje, perante o refluxo social que enfrentamos, são provavelmente a principal força de resistência organizada capaz de travar o agravamento da catástrofe. Em alguns textos que tenho vindo a publicar nos últimos anos – académicos ou artigos de jornal – procurei realçar a importância fulcral que atribuo ao sindicalismo na preservação da coesão social e na própria dinâmica de mudança que é inerente às sociedades democráticas ocidentais, em particular na Europa.

Tanto no plano mais geral, considerando as grandes transformações ocor-

ridas desde a Revolução Industrial em Inglaterra, como no caso específico de Portugal, o associativismo dos trabalhadores e o movimento operário deixaram-nos um legado de experiências, de lutas e de conquistas a todos os títulos incontestável.

A partir de meados do século XX, o advento do Estado-Providência e o pleno emprego configuraram-se como mecanismos redistributivos cujas metas garantiram amplos consensos, dando lugar a um contexto em que o neocorporativismo ganhou expressão institucional. Nesse quadro, consolidaram-se relações e compromissos entre o governo e os interesses organizados, dando lugar ao fordismo como modelo de relação salarial dominante (que incluiu, além da negociação tripartida, o diálogo social interno, os ganhos salariais, a segurança e estabilidade no emprego e as perspetivas de carreira, associadas a regalias materiais e assistenciais diversas).

Da luta à negociação

Se olharmos a evolução do mundo sindical em paralelo com o processo de maturação das instituições democráti-

cas é fácil concluir que ao longo dos últimos duzentos anos se assistiu a uma constante readaptação do sindicalismo, que foi progressivamente substituindo a ênfase na luta e mobilização coletiva por uma maior atenção dedicada à negociação e enquadramento institucional. É claro que o protagonismo do campo sindical se prende, acima de tudo, com a sua legitimidade, não apenas apoiada na lei, mas também no papel histórico que lhe é reconhecido, visto representarem uma parte significativa da força de trabalho.

Pode dizer-se que os modelos de concertação tripartit (compostos por sindicatos, empresários e governo) que vingaram nas democracias avançadas exprimem o reconhecimento de que as nossas sociedades são essencialmente plurais e conflituais e que o mundo laboral tem uma voz e um "peso" (tal como os restantes parceiros) decisivos no desenho das políticas económicas e

dos direitos sociais que elas consagram.

Quer isto dizer que só a partir da divergência pode ser alcançada a convergência ou, por outras palavras, só faz sentido o consenso se cada um dos parceiros, além de possuir meios e argumentos para dialogar, aceitar fazer concessões em relação aos demais. Se a parte mais poderosa impõe unilateralmente a sua vontade está a estimular o conflito.

Ao mesmo tempo, é importante não perder de vista a diversidade de correntes internas que compõem o movimento sindical desde a sua génese, corolário das múltiplas ideologias e doutrinas políticas das sociedades industriais modernas. Tais divisões e sensibilidades derivam não apenas de diferentes visões teórico-ideológicas no abstrato mas sobretudo da primazia que, em cada contexto concreto, é atribuída ao binómio luta política ver-

sus reivindicações materiais. Convém ainda ter em atenção que o vigor ou a fragilidade do campo sindical assenta em larga medida no grau de abertura e capacidade de atualização de modelos e estruturas cuja fonte inspiradora reside nos problemas e demandas da sociedade mais geral em cada momento histórico.

Crescimento e declínio da classe média

A dinâmica de "afluência" (ou seja, progresso, empoderamento ou mobilidade social) dos trabalhadores europeus e o contínuo crescimento das respetivas "classes médias", na segunda metade do século XX, não foi mero desfecho dos mecanismos "espontâneos" do mercado e da concorrência individual – ao contrário do que pretendem as correntes liberais e positivistas, que tendem a confundir os EUA com o mundo –, mas antes fruto de uma persistente ação conjugada entre as políticas sociais, desenvolvidas no âmbito do Estado-Providência, a inovação tecnológica e científica e a luta sindical, sobretudo no setor dos serviços e do funcionalismo público, aspetos estes que se tornaram sem dúvida os principais responsáveis pela expansão da classe média assalariada.

De facto, no caso de Portugal esse processo foi particularmente ambíguo e tardio, tendo como resultado o crescimento rápido mas muito instável de segmentos da classe média assalariada (funcionários, professores, profissionais da administração pública, empregados de escritório, seguros e banca, etc.), cujo estatuto se cimentou sobretudo numa suposta estabilidade e em carreiras profissionais promissoras, que no entanto revelaram toda a sua vulnerabilidade perante o aproximar da crise e das medidas de austeridade, daí resultando o que designei como "declínio" da classe média (Estanque, 2012).

Assim, é necessário olhar o campo sindical enquanto sistema aberto, ainda que em dados momentos se considere que a burocracia interna (ou mesmo a lógica oligárquica) que dele se apodera o conduza a um excessivo fechamento face à sociedade e aos seus apelos.

Os problemas internos com que se defrontam os sindicatos são, com efeito, sempre indissociáveis dos processos de recomposição mais gerais que ocorrem no mundo do trabalho. ■



Mesmo os segmentos sociais mais desligados do ativismo e do sindicalismo mostram uma maior consciência social, como em 15 de setembro

Bloqueios internos e externos

Com as tendências de globalização, dos mercados e da economia, a ação dos sindicatos sofreu profundas transformações

Como é sabido, o sindicalismo português tem raízes antigas e há cerca de cem anos já as divisões internas eram intensas. Mas o "grande cisma" do sindicalismo democrático em Portugal remete para as lutas do período revolucionário (1974-1975) e as disputas políticas e ideológicas de que o País foi palco, designadamente por parte das superpotências em disputa no período da "guerra fria", e que deram lugar às duas confederações sindicais existentes (CGTP-IN e UGT).

Não sendo esse o tema aqui em questão, vale a pena, porém, registrar que a alegada opção entre sindicalismo de "negociação" (ou de mercado) versus sindicalismo "de classe" (ou de contrapoder), será mais uma narrativa para alimentar divisões artificiais, e a meu ver prejudiciais aos trabalhadores, do que expressão de dois modelos inconciliáveis. Não há verdadeira negociação sem conflito/oposição e, por outro lado, a luta sem diálogo não tem sentido.

Crise

Com as tendências de globalização dos mercados e da economia a ação dos sindicatos sofreu profundas transformações: por um lado, as decisões mais importantes para os interesses sindicais deslocaram-se das arenas nacionais "para cima" (para níveis transnacionais) e "para baixo" (para níveis subnacionais).

Em ambos os níveis os sindicatos revelaram-se consideravelmente mais fracos do que no nível nacional; por outro lado, as decisões macroeconómicas passaram a ser progressivamente produzidas no quadro de negociações intergovernamentais e dos mercados globais, patamares que superaram claramente a capacidade de ação das estruturas sindicais. Além disso, decisões sobre salários e condições de trabalho passaram a depender menos de acordos coletivos e mais das empresas, espaços onde a influência sindical se vem revelando cada vez mais dispersa e frágil.

Podem apontar-se alguns dos fatores da crise do sindicalismo: a) desagregação de interesses da classe trabalhadora, devido ao aumento da diferenciação, segmenta-



Decisões macroeconómicas são produzidas no quadro de negociações intergovernamentais e dos mercados globais

ção e flexibilização dos mercados de trabalho e precarização da relação salarial;

b) crescente ausência de lealdade e solidariedade dos trabalhadores ao sindicato como reflexo do reforço do individualismo; c) endurecimento da oposição patronal e governamental decorrente de contextos de liberalização e de "leofilização" das empresas (lean production ou "produção magra"); d) o crescimento do desemprego e a multiplicação de formas contratuais precárias e situações de subemprego, sem segurança e sem direitos;

e) a crise de representatividade sindical, que se traduz na dificuldade de mobilização de trabalhadores para as ações de luta, dada a contração do volume de sindicalizados e o efeito dissuasor do espectro do desemprego (Estanque e Costa, 2011).

Não surpreende, pois, que nas últimas duas décadas o campo sindical tenha sido confrontado com uma significativa fragilização. Estudos de opinião recentes mostram uma escassa confiança dos portugueses nos sindicatos, que chegam a surgir mesmo abaixo do governo em termos de popularidade, embora a maioria reconheça a importância dos sindicatos para a defesa das condições de trabalho (66%, segundo o Livro Branco das Relações Laborais, de 2007).

Em geral os resultados revelam uma "confiança" nos sindicatos da ordem dos 24-25%. Por outro lado, que os índices médios de filiação sindical rondam os 20% (Souza, 2011), sem esquecer as grandes diferenças segundo os sectores (e neste caso os bancários são sem dúvida os que apresentam as percentagens mais elevadas, rondando os 80%).

Contudo, a influência efetiva dos sindicatos na sociedade liga-se, nomeadamente no caso português, ao problema da alegada

"instrumentalização", tendo em conta que cada uma das confederações (CGTP e UGT) mantêm na sua história vínculos fortes com forças partidárias identificadas, dotadas de grande influência política.

Fatores de fragilização

Há outros fatores de natureza interna que não são alheios à referida tendência de fragilização, entre os quais se destacam: 1) o reforço da confiança nos sindicatos tornou necessário que estes olhassem com mais atenção para os novos segmentos de trabalhadores com maior dificuldade de organização (trabalhadores precários, contratos a termo certo, a recibo verde, desempregados, etc.);

2) se os sindicatos demonstrassem sinais claros de renovação do discurso e dando maior protagonismo a jovens, mulheres, militantes de base, fortalecendo a comunicação interna e externa, etc., certamente teriam melhores condições de aumentar os seus índices de confiança junto dos cidadãos;

3) o elevado grau de burocratização de importantes setores sindicais, até pelo peso de camadas etárias envelhecidas e pouco qualificadas, protelou durante muito tempo o recurso às novas tecnologias digitais e revelou a sua incapacidade para lidar com as redes de ativismo do ciberespaço;

e 4) por fim, a influência dos sindicatos depende em boa medida do sucesso concreto das lutas e da visibilidade na realização dos seus objetivos, sendo que a eficácia da ação coletiva (e da negociação) nunca é imediata e esbarra muitas vezes na habitual dissonância de critérios na "contagem de espingardas" (entre governo e sindicatos) quanto aos valores da adesão a uma greve ou manifestação,

como se esse fosse o único critério de validade das demandas sindicais.

Ameaças

A evolução de alguns indicadores do mercado de trabalho – elevadas taxas de desemprego, proliferação de formas precárias de trabalho, aumento dos contratos a prazo, reduções salariais, facilitação dos despedimentos –, os comportamentos patronais, muitas vezes de tipo despótico ou as decisões políticas dos governos são, por outro lado, fatores externos que condicionam e limitam a força do sindicalismo.

Além disso, tais tendências ocorreram sob um clima de reforço da ideologia neoliberal, cujo preconceito ideológico se destinou a estigmatizar o campo sindical como instância "conservadora" ou "força de bloqueio" perante as "reformas" do mercado de trabalho.

Governos e grupos económicos vêm impondo no discurso público a ideia do "bom" sindicalismo (o que negocia, isto é, o que cede) contra o "mau" sindicalismo (o que defende a "rigidez" das leis laborais, isto é, os direitos dos assalariados).

Convém lembrar, a esse propósito, que, por exemplo, a Cimeira Europeia de 8 e 9 de dezembro de 2011 inaugurou um período de desencanto para os atores do mundo do trabalho, pois, na sequência, entrou em vigor a 13 de dezembro o pacote legislativo "six pack", com o propósito de assegurar disciplina fiscal, confirmado na cimeira seguinte, de 30.01.2012,

com a assinatura do "pacto orçamental europeu" por 25 Estados-membros da UE. Na prática, todo este processo já perseguia o objetivo (consagrado pela troika) dos cortes e congelamentos salariais, reduções nas prestações sociais, contração do emprego, embaraçamento dos custos do trabalho, retirada de direitos, etc., em suma, o culminar de uma sucessão de medidas que visam, na prática, o desmantelamento do Estado-Providência e o empobrecimento geral das populações.

Na ótica do Governo PSD/CDS é esse o preço a pagar para uma redenção milagrosa da economia, que alegadamente abrirá as portas a uma viragem entusiástica na atitude dos desempregados quando, iluminados por tal "pedagogia", descobrirem que afinal "o desemprego é uma oportunidade" e, assim, entregues ao empreendedorismo individual, descubrem a chave da sua libertação e da competitividade do País. Só que este canto de sereia já não convence ninguém. E não é por se insistir muito numa crença que ela se torna realidade.

Futuro incerto

Perante um cenário tão desolador como é, hoje, a vida real das classes trabalhadoras e da classe média do nosso País, multiplicam-se e acentuam-se as incertezas e ameaças quanto ao futuro. E naturalmente que o sindicalismo sofre com isso.

No caso português, em resultado do memorando da troika (maio de 2011), do

acordo de concertação social (janeiro de 2012), das alterações à legislação laboral (em vigor desde 1.08.2012), pairam no ar um conjunto de ameaças que estão a ser impostas ao movimento sindical e que a crise tem vindo a acentuar, entre as quais se destacam a individualização das relações laborais e a diminuição da contratação coletiva.

A organização do tempo de trabalho e a retribuição poderão vir a ser reguladas no futuro não apenas pelas estruturas sindicais, como até agora, mas por comissões de trabalhadores, daí resultando, com grande probabilidade, uma redução dos direitos regulados pela negociação coletiva.

Assim, pode dizer-se que paira sobre o campo sindical uma dupla ameaça. A primeira, já atrás assinalada, prende-se com a ação do poder hegemónico que hoje controla as instituições e os governos, absolutamente seguidista das políticas neoliberais e que tende a olhar os sindicatos como forças bloqueadoras e, em parte, responsáveis pela atual crise.

A segunda ameaça vem da própria sociedade e resulta dos novos meios de organização e difusão de segmentos particulares da força de trabalho como os precários e os desempregados, além de outros movimentos sociais e setores descontentes que não se revêm nos sindicatos tradicionais e buscam formas alternativas de luta e contestação social. Poderão estas ameaças reverter-se em oportunidades para os sindicatos? ■

Conclusão

Consciência social vai aumentar

Nas atuais condições – onde se conjugam as componentes objetiva, das condições de vida concretas, e a subjetiva, que remete para as expectativas e subjetividades – há motivos de sobra para que se possa esperar um recrudescimento da conflitualidade social e sindical nos próximos tempos



Perante a sociedade de austeridade em que vivemos, onde o direito do trabalho tem vindo a sofrer contínuos e reiterados ataques e recuos, os desafios sindicais são os mesmos que se apresentam aos portugueses no seu conjunto.

O poder vigente classificou os portugueses de "piegas", convidou os jovens qualificados a emigrar e desafia os desempregados a verem no desemprego uma "oportunidade". Esta "leitura" da realidade laboral, além de exprimir a ideia distorcida de uma imaginária "escolha racional" segundo a qual o destino e as condições de vida de cada um dependem apenas da vontade individual, reflete também uma visão imediatista e a-histórica da realidade (aliás, coincidente com a

visão mais arregada do neoliberalismo). De acordo com a visão ideológica e economicista instalada no poder, a história, a cultura e as estruturas socioeconómicas mais gerais são excluídas da realidade. Este é, pelo menos, o cliché instalado no "programa mental" do Primeiro-Ministro. Como se a sociedade não existisse, mas apenas um aglomerado de indivíduos, em que uns merecem outros não merecem ter uma condição digna.

Bastaria recordar alguns dos ensinamentos básicos da psicologia social para se concluir que as "ideias" ou "visões" de cada indivíduo têm sempre origens mais profundas, desde logo os fatores de raiz social que constroem os seus mapas cognitivos ou "representações sociais", sob a influência determinante do meio sociocultural em que nascemos e somos socializados (Moscovici, 1991; Vala, 1997).

Assimetria de poder

Uma tal mentalidade tende a olhar a sociedade como se estivesse dividida entre dois tipos de gente: uns que são criativos, diligentes, disciplinados e portanto "produtivos"; e outros que são por natureza indolentes, incapazes, apáticos ou que se escudam num coletivismo defensivo e ressentido contra os empreendedores bem sucedidos.

Essa visão dicotómica foi bem caracterizada por Pacheco Pereira como uma nova forma de "luta de classes": "entre os 'descomplexados competitivos' e os 'preguiçosos autocentrados', a ordem dos pares é interessante, quer na parte social, quer na do psicologismo vulgar. (...) Os que estão presos na sua condição social, deixam soçobrar a sua psicologia no egoísmo; os dinâmicos psicologistas ultrapassam a sua condição social pelo êxito no mercado." (in jornal Público, 10/02/2012).

Na verdade, este "guião" transporta uma visão que concebe o trabalho e a relação salarial como objeto de regulação civilista (fazendo tábua rasa do direito do trabalho), que trata como partes iguais aquilo que é diferente e "esquece" o princípio da assimetria de poder que subjaz a toda a prestação de trabalho assalariado nas economias de mercado do capitalismo moderno.

É claro que, nestas condições – onde se conjugam as componentes objetiva, das condições de vida concretas, e a subjetiva, que remete para as expectativas e subjetividades – há motivos de sobra para que se possa esperar um recrudescimento da conflitualidade social e sindical nos próximos tempos.

Parece evidente que o próprio Governo, escudado no memorando da troika, traba-



As Cimeiras Europeias têm sido um desencanto para os atores do mundo do trabalho

lha objetivamente para isso (como de resto já aconteceu em diversos momentos no ano transato), tal é sua inoperância e o modo confuso e arrogante como tem vindo a tomar e a anunciar medidas atentatórias dos direitos mais elementares e da dignidade dos trabalhadores e das classes médias.

Gritara revolta

É por isso provável que mesmo os segmentos sociais tradicionalmente mais ligados do ativismo e do sindicalismo comecem a despertar para uma maior consciência social. Na verdade, quer os setores mais jovens e qualificados (menos politizados e até recentemente mais individualistas), quer os trabalhadores de meia idade com poucas qualificações, que estão a ser vítimas da reestruturação da indústria e do desemprego galopante, quer ainda os funcionários públicos, professores e pessoal do sistema de saúde que vêm a sua situação profissional ameaçada pelas medidas e cortes recentemente anunciados (e previstos no OE 2013), são camadas sociais que nos próximos meses se verão na contingência de ter de gritar a sua revolta e engrossar manifestações e greves que irão estar na agenda.

Inclusive quando os acordos da concertação, apesar de débeis e pouco favoráveis aos trabalhadores, estão hoje sob ameaça de serem rasgados, não se pode esperar

outra reação senão o protesto coletivo. A alternativa seria uma resignação doentia e patológica (no plano físico, emocional e psíquico) cujos custos sociais terão de ser contabilizados.

Eneste contexto, importaria que o campo sindical revelasse capacidade de se repensar a si próprio e de se mostrar aberto às contaminações recíprocas que podem advir dos novos movimentos e formas de expressão do ativismo e contestação social. Para além das ações concertadas a nível europeu que também já foram ensaiadas no passado recente.

Quando o governo se mostra tão incapaz de renegociar e exercer influência (sobre o que se pretende do projeto europeu e as condições de reestruturação da dívida) terá de ser a sociedade civil e os cidadãos a clamar contra o estado de exceção em que vivemos.

Só desse modo a esfera do trabalho e os direitos a ele associados poderão resistir às ameaças de proletarianização geral e retomar as lutas emancipatórias e progressistas pela dignidade laboral e pela coesão social, que marcaram os últimos dois séculos no Ocidente.

As viragens que se requerem da UE só poderão ser efetivas se, para além das reformas institucionais (e se necessário contra elas), os parceiros sociais e o movimento sindical cumprirem o seu papel na mobilização dos cidadãos e na construção de caminhos alternativos. ■

*Subtítulos da responsabilidade da Redação

†Neste ponto retomo algumas passagens do texto (em publicação) de que sou coautor com Hermes Costa, intitulado "O sindicalismo europeu no centro do vulcão: desafios e ameaças", in Anuário JANUS, janeiro 2013 (no prelo).

Referências bibliográficas

- Estanque, Elísio (2012), A Classe Média. Ascensão e Declínio. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
 Estanque, Elísio; Costa, Hermes Augusto (orgs.) (2011), O sindicalismo português e a nova questão social - crise ou renovação? Coimbra: Almedina, 181 pp.
 Moscovici, Serge (1991), Dissensões e Consenso - Uma teoria geral das decisões coletivas. Lisboa: Livros Horizonte.
 Sousa, Henrique (2011), Sindicalização: a vida por detrás das estatísticas (alguns problemas metodológicos) (working paper). Lisboa: FCSH, Universidade Nova.
 Vala, Jorge (1997), "Representações sociais e percepções intergrupais". Análise Social, XXXII (1997, 1º.), pp 7-29.

FotoFebase 2012

Imagens vencedoras revelam enorme qualidade

O concurso de fotografia da Febase foi, mais uma vez, um sucesso. No dia 21 de março procedeu-se à entrega de prémios aos vencedores e a organização apelou a mais participações na edição de 2013, que já está em andamento

TEXTO: PEDRO GABRIEL

Quando a primeira edição do concurso FotoFebase, em 2011, alcançou o sucesso conhecido, logo se concluiu que tal feito iria ter repercussões na edição seguinte. De facto, o FotoFebase de 2012 ultrapassou, mais uma vez, as fronteiras quer da quantidade quer da qualidade.

O salão nobre do STAS, em Lisboa, acolheu a exposição das obras premiadas e foi o palco da cerimónia de entrega dos prémios, no dia 21 de março. O grande vencedor da edição de 2012 do concurso FotoFebase foi Nélio Cardoso, do SBN, com 'Destino Incerto', uma obra que, como o próprio nome indica, nos remete para uma espécie de incerteza no caminho.

Patrícia Caixinha, do STAS e uma das responsáveis pela organização do concurso, apresentou alguns números relativos à edição de 2012: um total de 685 fotografias recebidas e uma média de 80 participantes por mês, de Norte a Sul e passando pelas Ilhas, provam que o concurso FotoFebase continua a crescer no seio da Federação.



Patrícia Caixinha, do STAS, com José Canelas, que venceu o segundo prémio



As três fotografias premiadas: ao centro a vencedora, com as classificadas em segundo e terceiro lugares (à direita e à esquerda, respetivamente)



Maria Salvador, ao lado de António Fonseca, do SBSI, exhibe o galardão do terceiro classificado

Já António Fonseca, do SBSI e também responsável pela organização, deixou um apelo à participação no concurso e enalteceu o espírito dos participantes, bem como a importância de as pessoas ocuparem os seus tempos livres com este tipo de atividade.

O presidente do STAS, Carlos Marques, deu os parabéns aos vencedores e incentivou todos a não terem receio de mostrar os seus trabalhos, considerando que este tipo de iniciativas também é importante para que os trabalhadores tenham mais motivação para ultrapassar os difíceis tempos que vivemos.

A surpresa dos premiados

Uma vez que a entrega dos prémios decorreu em Lisboa, a cerimónia não contou com a presença do vencedor, sócio do SBN, mas a sua fotografia pôde ser

vista e elogiada por todos. Pela vitória, Nélio Cardoso irá receber 1000 € em material fotográfico, um bom incentivo para continuarmos a ver os seus excelentes trabalhos.

O segundo prémio, no valor de 750 € em material fotográfico, foi atribuído a José Canelas (CCA), do SBSI, que já havia sido premiado na edição anterior. "Temos sempre esperança, mas não deixa de ser uma surpresa ficar entre os premiados". O 'Acordar Colorido', na Mourisca, foi a fotografia que lhe valeu o segundo lugar.

Ao contrário de José Canelas, Maria Salvador (CGD), do SBSI, concorreu pela primeira vez. A experiência não podia ter corrido melhor, com o terceiro lugar e uma menção honrosa. "Não estava à espera. Concorri porque um colega viu as minhas fotografias e insistiu comigo. Foi mandando as fotografias e tive sorte."

Maria Salvador conseguiu o terceiro lugar com a fotografia 'Em transformação I', enquanto 'Pavimentado a ouro', tirada no Estádio Nacional, lhe valeu uma menção honrosa. Maria Salvador vai levar para casa 500€ em material fotográfico.

Uma menção honrosa foi também atribuída a Álvaro Carvalheiro, pela fotografia 'Balonismo'.

Depois do STAS, a exposição de fotografias pode ser vista no Centro Clínico do SAMS, na Rua Fialho de Almeida, em Lisboa. Todas as fotografias participantes podem também ser apreciadas no endereço <http://fotofebase2012.blogspot.pt/>. Em breve será divulgado o blogue da edição deste ano. ■